

Justiça, ciência e relações interétnicas durante o estado novo

Gabriel Peruzzo¹

Madrugada de quarta-feira de cinzas, 02 de março de 1938. No Centro Velho da cidade de São Paulo, nas imediações da Praça da Sé, um restaurante chinês seria palco de um crime impetuoso que alteraria a rotina da cidade, substituindo o clima de euforia daqueles dias de carnaval por uma atmosfera de medo e apreensão que envolveria os paulistanos até seu desfecho, em 1942.

Ao chegar para trabalhar, o cozinheiro lituano Pedro Adukas deparou-se com um cenário macabro. Estirados no chão sobre poças de sangue, havia dois corpos. Tratava-se do brasileiro Severino Lindolfo Rocha e do também lituano José Kulikevicius. Surpreendidos enquanto dormiam em camas improvisadas sobre as mesas do restaurante, ambos foram assassinados com golpes de pilão desferidos com violência na região da cabeça.

Mais adiante, jazia o corpo do chinês Ho-fung, proprietário do restaurante, asfixiado e golpeado na cabeça com o mesmo objeto que havia vitimado dois de seus funcionários. Na edícula, localizada nos fundos do restaurante, onde Ho-fung residia com a esposa, encontrava-se o corpo desta, Maria Akiau, assassinada por asfixia.

Um crime dessa magnitude tornava premente a busca por suspeitos e testemunhas que pudessem apontar o paradeiro dos responsáveis por tamanha brutalidade. Sem tardar, os investigadores da polícia colocaram-se a bater pernas atrás dos criminosos, percorrendo as mais diversas regiões da cidade no encalço de indivíduos e grupos de índole duvidosa. Curiosamente, os primeiros suspeitos interrogados eram todos imigrantes. Japoneses, chineses e lituanos foram os primeiros a prestar contas.

Entretanto, após analisar as pistas coletadas na cena do crime, procurar testemunhas e ouvir suspeitos sem resultados, o depoimento de um dos garçons do restaurante parecia lançar luz sobre as investigações. Manoel Custódio Pinto, vulgo Maneco, fez insinuações sobre um ex-funcionário do restaurante, induzindo a polícia a apontar como principal suspeito o afro-brasileiro Arias de Oliveira.

Migrante do interior paulista, Arias de Oliveira havia partido de Franca rumo à capital em busca de dias mais afortunados. Na promissora São

Paulo dos anos trinta, quiçá conseguisse realizar o sonho de se tornar *chauffeur*. Contudo, enquanto a oportunidade de pilotar um automóvel particular de algum industrial paulista não se apresentasse, teria que encontrar um emprego qualquer para garantir sua subsistência.

Assim, durante os dezesseis dias que antecederam o carnaval, Arias de Oliveira prestou serviços para Ho-fung. Como todo bom folião, Arias não queria preocupações naqueles dias de confetes e serpentinas, demitindo-se na véspera do carnaval para melhor aproveitar as festas, porém, algo sairia errado: Arias seria intimado para prestar depoimento sobre os assassinatos cometidos no restaurante chinês.

Não obstante a insuficiência de provas factíveis que pudessem incriminar Arias de Oliveira, o uso de métodos científicos utilizados pela moderna antropologia criminal poderia comprovar a propensão ao crime através de testes antropométricos e psicológicos. Se para os policiais Arias era apenas um suspeito a espera de condenação pelos laudos técnicos dos especialistas em “antropopsiquiatria”, para a imprensa não restava dúvidas que Arias era de fato o “monstro” que cometera a chacina.

Antes mesmo de ter acesso aos laudos da polícia e ao resultado definitivo do inquérito, a imprensa paulistana ignorou a prudência recomendada diante das reticências do caso e publicou uma profusão de matérias pontuadas por palavras que remetiam a cor do suspeito, bem como por adjetivos que faziam de Arias de Oliveira o mais cruel, frio e sanguinário dos criminosos que haviam passado pelas páginas policiais da imprensa paulistana.

Fundado na cidade de São Paulo no ano de 1934 em anexo ao serviço de identificação, o laboratório de antropologia criminal atuava na produção de provas científicas através de exames de “antropopsiquiatria”, sobretudo em casos de grande repercussão social, como o crime do restaurante chinês. Submetido a uma série de exames, dentre os quais os famosos testes de Jung-Bleuler e Rorschach, Arias de Oliveira foi acusado de ser o autor do crime.

¹ Bacharel e licenciado em História pela Universidade do Estado de Santa Catarina e mestrando do programa de pós-graduação em História da Universidade Federal de Santa Catarina.

Incriminado a partir de provas científicas produzidas no laboratório de antropologia criminal, Arias de Oliveira era alvo de discursos racistas revestidos de cientificidade pela criminologia ligada a Escola Positiva, cujo maior representante foi o médico italiano Cesare Lombroso. Segundo as teorias deterministas de Lombroso, os criminosos apresentavam certas características morfológicas e psicológicas, como o crânio simiesco, o ambidestramento e a predileção por tatuagens, peculiaridades que tornavam possíveis os diagnósticos relativos ao perfil social dos indivíduos e a inclinação para condutas anti-sociais e criminosas.

Declarando-se inocente, após ser detido de forma irregular e sem receber visitas de amigos ou advogados, Arias confessa a autoria do crime. Entretanto, tempos mais tarde, Arias retira sua confissão e, assistido pelo advogado Paulo Lauro, contratado pela União Negra Brasileira, é absolvido em dois julgamentos que lhe custaram aproximadamente quatro anos de reclusão.

Apesar de ter permanecido detido por quatro anos, sua absolvição talvez não fosse possível sem a ação de uma organização de combate ao racismo que mobilizou um advogado especialmente para o caso, evitando que a defesa de Arias de Oliveira ficasse a cargo de algum defensor público. A Frente Negra Brasileira, fundada em 1931 na cidade de São Paulo por um grupo de profissionais liberais, agia no combate a discriminação racial no interior das instituições do Estado.

Já sob a denominação de União Negra Brasileira, assumiu a forma de uma organização político-partidária, contudo, foi posta na ilegalidade pelo golpe que instaurou o Estado Novo em 1937. Entretanto, daria continuidade as suas atividades contra o preconceito e a discriminação racial. Nesse sentido, a atuação de um grupo organizado de combate ao racismo foi fundamental para a absolvição de Arias de Oliveira.

De autoria de Boris Fausto, renomado historiador e cientista político brasileiro, membro da Academia Brasileira de Ciências, professor e pesquisador associado a grandes universidades brasileiras e internacionais, tais como Oxford e Madri, o livro intitulado *O Crime do Restaurante Chinês: carnaval, futebol e justiça na São Paulo dos anos 30*, segue a vertente historiográfica surgida durante os anos setenta na Itália, denominada

micro-história, e que vem seduzindo historiadores brasileiros.

Ancorado em fontes jornalísticas, iconográficas e processos judiciais, Boris Fausto reconstrói através de um evento aparentemente insignificante, aspectos de um importante período da história social brasileira, revelando as filigranas de um contexto marcado por complexas relações interétnicas, pela naturalização do preconceito racial, pelo aparelhamento dos órgãos repressores e pela disputa entre os saberes médicos e jurídicos acerca da natureza do crime. A controvérsia gerada entre os dois campos de conhecimento foi responsável por decidir sobre a vida de Arias de Oliveira, que de perverso criminoso passaria a inocente carismático, ganhando a simpatia da população que, quiçá, o associava a Leônidas da Silva, o diamante negro, astro da seleção brasileira de futebol durante a Copa do Mundo de 1938.

O livro encerra ainda questões subjacentes que permeiam as principais discussões contemporâneas relativas ao ofício do historiador, trazendo a lume polêmicas relacionadas ao papel da memória, da imaginação e das subjetividades na prática historiográfica. Em *O Crime do Restaurante Chinês*, é possível perceber a presença do autor no contexto do episódio, da imaginação no tecer da trama e das subjetividades que fizeram com que o ocorrido continuasse pulsante na memória do historiador após setenta anos.

Boris Fausto, que na ocasião tinha apenas oito anos de idade, acompanhou a repercussão do caso através dos jornais, dos comentários e burburinhos dos adultos que estavam a sua volta. Em algumas descrições, sobretudo da paisagem urbana da cidade de São Paulo de fins da década de trinta, não é o historiador quem fala por meio das fontes, mas o garoto que testemunhou a construção da cidade.

A reconstrução minuciosa de algumas cenas, como a entrada de Arias de Oliveira no tribunal, assinala a função imaginativa na operação historiográfica e as subjetividades do historiador na interpretação da realidade pretérita. Da mesma forma, Boris Fausto, com a elegância dos grandes mestres do ofício, mostra como a História é capaz de corrigir uma memória alinhavada com os fios da subjetividade.

Décadas após o ocorrido, a imagem de uma menina oriental caminhando sobre as poças de sangue no local do crime, balbuciando as palavras “peto, peto”, ainda perpassava a memória do autor

que, entretanto, após uma análise documental exaustiva, não identificou qualquer vestígio que corroborasse suas lembranças.

Composto por dezesseis capítulos, *O Crime do Restaurante Chinês* estrutura-se em torno de quatro eixos principais. No primeiro, o autor descreve a origem e trajetória do casal Ho Fung e Maria Akiau, as características da comunidade chinesa na cidade de São Paulo e, sobretudo, ressalta o imaginário da época em relação aos povos orientais, em especial, os chineses, tidos como um povo exótico e de índole felina.

No segundo eixo estruturante, Boris Fausto define o que caracterizava os grandes crimes, capazes de, pela violência com que eram cometidos, imprimir suas marcas na vida cotidiana dos paulistanos, fazendo-se perdurar, segundo o autor, na memória coletiva da cidade, tal como os homicídios cometidos no restaurante chinês. Neste bloco, Boris Fausto ainda coloca em relevo a xenofobia que perpassava as relações sociais na multiétnica capital paulista, como pode ser observado na ação da polícia ao iniciar as investigações entre as comunidades de imigrantes.

Entretanto, se no segundo eixo o historiador assinala a xenofobia, no terceiro é o preconceito sócio-racial e os métodos científicos da antropologia criminal que são evidenciados pelo historiador. O autor reconstrói a história da antropologia criminal enfatizando as teorias deterministas de Cesare Lombroso, assimiladas pelo laboratório de Antropologia Criminal da polícia de São Paulo para incriminar o negro e pobre Arias de Oliveira que, após ser mantido encarcerado ilegalmente, torna-se réu confesso.

No último eixo evidencia-se a luta contra o preconceito racial travada nas esferas institucionais através da atuação judicial da Frente Negra Brasileira. A controvérsia em torno da natureza do crime e da consistência das provas científicas ganham vulto por meio dos libelos da acusação e da contestação eloqüente da defesa, minuciosamente relatado por Boris Fausto.

Amplamente ilustrado e dividido em capítulos breves, os acontecimentos são narrados com acuidade através de uma prosa de qualidades literárias, sem, contudo, negligenciar o método historiográfico. Tal como o clássico *O Queijo e os Vermes*, de Carlo Ginzburg, as notas saíram do rodapé para ocupar as últimas páginas, permitindo assim uma leitura fluida capaz de cativar curiosos e

dilettantes não habituados com as leituras técnicas dos livros de história, porém, não menos afeitos a refletir sobre o passado ou “aprender coisas singulares”, como ressaltava Marc Bloch.

Resenha recebida em 01.07.2010

Resenha aprovada em 01.10.2010